

A imprensa e o tabu do suicídio: uma proposta de rediscussão do tema

The press and the suicide taboo: a proposal for rediscussing the issue

*Larissa de Moraes Ribeiro Mendes*¹

*Antonio Carlos Ferreira Vianna*²

*Carla Baiense Felix*³

Resumo: *A partir dos anos 1950, observamos na imprensa brasileira um movimento que levou da espetacularização à interdição de notícias sobre suicídio (DAPIEVE, 2007), por receio do chamado “efeito contágio” (DURKHEIM, 2000[1897]). No entanto, apesar do cuidado em relação ao assunto nos principais jornais, o número de mortes autoinfligidas no país vem subindo de forma significativa. No intuito de contribuir com os debates sobre o papel da imprensa na prevenção do problema, apresentamos pesquisa bibliográfica sobre o tratamento editorial do suicídio, complementada por entrevistas com jornalistas que lidam com a questão em seu cotidiano profissional e levantamento sobre menções ao tema em três grandes jornais. Com base nos resultados, apresentamos um conjunto de recomendações complementares às já propostas pela OMS para abordar o assunto.*

Palavras-chave: *suicídio; jornalismo; procedimentos editoriais, mídia e cotidiano.*

Abstract: *From the 1950s onwards, we observed a movement in the Brazilian press that led from spectacularization to the banning of news about suicide*

- 1 Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, RJ, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0001-6906-1635> E-mail: larissamorais@uol.com.br
- 2 Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, RJ, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0001-7160-6200> E-mail: antonio.fvianna@gmail.com
- 3 Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, RJ, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0002-7287-6170> E-mail: carlabaiense@id.uff.br

(DAPIEVE, 2007), for fear of the so-called “contagion effect” (DURKHEIM, 2000[1897]). However, despite the care regarding the subject in the main newspapers, the number of self-inflicted deaths in the country has been rising significantly. In order to contribute to the debates on the role of the press in preventing the problem, we present a bibliographic research on the editorial treatment of suicide, complemented by interviews with journalists who deal with the issue in their professional daily lives and a survey on mentions of the topic in three major newspapers. Based on the results, we present a set of complementary recommendations to those already proposed by the WHO to address the issue.

Keywords: suicide; journalism; editorial procedures; media and everyday life.

Introdução

A orientação geral de só noticiar o suicídio sob algumas circunstâncias muito específicas vigora há décadas nas principais redações de jornais, como indica Arthur Dapieve (2007). João Batista de Abreu Jr. (2020, p. 13) também sustenta que “sem dúvida de todos os tipos de morte – violenta ou natural – a que mais merece silêncio por parte dos meios de comunicação é, sem dúvida, o suicídio”. Alguns manuais de redação sugerem a publicação apenas de casos excepcionais, a serem analisados pela secretaria de redação, ou quando envolvem a morte de pessoas públicas e/ou célebres.

Ao lançar seu programa de prevenção ao suicídio, em 2000, a Organização Mundial da Saúde (OMS) ampliou a responsabilidade de combate ao suicídio para os profissionais de mídia, que ganharam, inclusive, um manual próprio: *A Resource for Media Professionals*, traduzido para a língua portuguesa com o nome *Prevenção ao Suicídio: um manual para profissionais de mídia*, com atualizações em 2008 e 2017. Segundo o manual:

Os fatores que contribuem para o suicídio e sua prevenção são complexos e não totalmente compreendidos, mas há evidências de que a mídia desempenha um papel significativo. Por um lado, indivíduos vulneráveis podem ser influenciados a se envolver em comportamentos imitativos por relatos de suicídio (...). Por outro lado, o relato responsável pode servir para educar o público sobre o suicídio e pode encorajar aqueles em risco de suicídio a procurar ajuda. (OMS, 2008, p. 5)

O documento possui indicações assertivas de conduta sobre como noticiar suicídio, mas em nenhum momento recomenda a interdição do tema. Ao contrário, registra que “a mídia pode ter papel ativo na prevenção do suicídio” (OMS, 2000, p. 3). Neste trabalho, entendemos que o jornalismo pode desempenhar um papel fundamental para ampliar o acesso da população à saúde e à qualidade de vida, desde que se proponha a estimular “as práticas sociais de produção e circulação dos sentidos da saúde e as formas de apropriação das políticas públicas pela

população” (ARAÚJO; CARDOSO, 2014, p. 123). Em vez de somente transferir informações “de cima para baixo”, caberia aos meios promover um debate de qualidade sobre os problemas de saúde pública, sem abrir mão de ouvir os grupos sociais afligidos por esses problemas. Consideramos que, ao evitarem a temática, os jornais perdem a oportunidade de estimular a audiência a se apropriar das informações e transformar o próprio conhecimento em práticas capazes de transformarem a realidade social.

O mal-estar da imprensa em torno da morte autoinfligida é posto em discussão neste artigo. Nosso pressuposto, em consonância com as diretrizes da OMS, é de que a imprensa deve assumir papel ativo na prevenção de novas mortes. Ao interditar a discussão, por medo do “efeito contágio” (DURKHEIM, 2000 [1897]), os meios podem estar contribuindo para reforçar o tabu em torno da morte voluntária.

Para embasar a discussão, realizamos pesquisa bibliográfica sobre o tratamento do tema na imprensa e verificamos com que frequência ele aparece nos três principais veículos da chamada grande imprensa brasileira: *O Globo* (1995), *a Folha de S. Paulo* (2001) e *O Estado de S. Paulo* (1997), nos últimos 20 anos. Também recuperamos as diretrizes editoriais para tratar do assunto nos manuais de redação desses veículos, todos produzidos e comercializados com grande sucesso editorial, principalmente nos anos 1990. Como lembra Mônica Caprino (2002), essas obras tornaram-se fonte de consulta não apenas para outros veículos, profissionais de imprensa e estudantes, mas também para o público geral.

De modo complementar, ouvimos profissionais dos três jornais pesquisados para saber se os procedimentos indicados nesses manuais, escritos há mais de duas décadas, ainda estavam vigentes e como os jornalistas que lidam no seu cotidiano profissional com informações sobre suicídios atuam para transformá-las ou não em notícias, e de que modo.

Efeito contágio e silêncio

Minois (2018) conta que, no começo do século XVII, quando começaram a circular os primeiros jornais na Europa, a publicação de notícias

sobre suicídios era comum na Inglaterra. Esse tipo de morte era tão frequente e numeroso que alguns veículos publicavam listagens mensais de vítimas. Em narrativas muitas vezes sensacionalistas, os jornais apresentavam o máximo de detalhes para aumentar o senso de veracidade – justamente o oposto do que é recomendado hoje.

No Brasil, o assunto também não era um grande tabu até os anos 1950 (DAPIEVE, 2007). Relatos de suicídios eram comuns, entre muitas ocorrências policiais que preenchiam as páginas dos jornais brasileiros. Ainda segundo o autor, a cobertura do suicídio do presidente Getúlio Vargas, esmiuçada tal como outros casos de suicídio que chegavam aos jornais, marcou o período de transição do fazer jornalístico no país, nos anos 1950.

Após esse período, pouco a pouco o tema vai sendo evitado, por motivos como o respeito à privacidade do suicida e à dor de seus familiares (DAPIEVE, 2007). Outros fatores para o assunto não vir à tona seriam o fato de que o suicídio passa a ser associado à ideia de fracasso, além do motivo principal: o receio de estimular as mortes “por imitação”.

A novela *Os sofrimentos do jovem Werther*, do escritor alemão Johann Wolfgang von Goethe, relata os sofrimentos de um rapaz após o fim de um relacionamento amoroso. Publicada pela primeira vez em 1774, a trama narra o suicídio de Werther, que não se conformava com a perda de seu grande amor. Logo após a publicação, começaram a surgir na Europa vários relatos de jovens que cometeram suicídio usando o mesmo método do personagem, o que levou à proibição do livro em diversos países. Estes relatos originaram o termo “efeito Werther” para designar a imitação de suicídios na literatura técnica. Muitas mortes foram provocadas com o mesmo método do fictício do personagem e, não raro, foram encontrados exemplares do livro junto dos cadáveres.

O caso é mencionado em trabalhos de referência sobre o suicídio, por exemplo o clássico *A História do Suicídio*, de Georges Minois (2018) e no tratado de sociologia *O Suicídio*, de Émile Durkheim (2000 [1897]). De acordo com o sociólogo, não há dúvida de que a ideia do suicídio pode ser transmitida por contágio. Cabe ressaltar, como lembra Dapieve

(2007), que o uso do termo “contágio” é metafórico e, na obra do autor, está associado à imitação e não à possibilidade de transmissão. O sociólogo francês ressalta ainda que não é o quanto se fala de suicídios que influi na percepção da sociedade, mas sim como se aborda o assunto, quais termos são utilizados e quais valores são transmitidos.

Em 1962, outro suicídio, desta vez de uma personagem real, reforça a tese do “efeito Werther”: o da atriz norte-americana Marilyn Monroe, diva do cinema em Hollywood, com apenas 36 anos na época. O assunto foi coberto com grande destaque e detalhamento, e percebeu-se em seguida um aumento de 12% nos registros de suicídios, nos Estados Unidos.

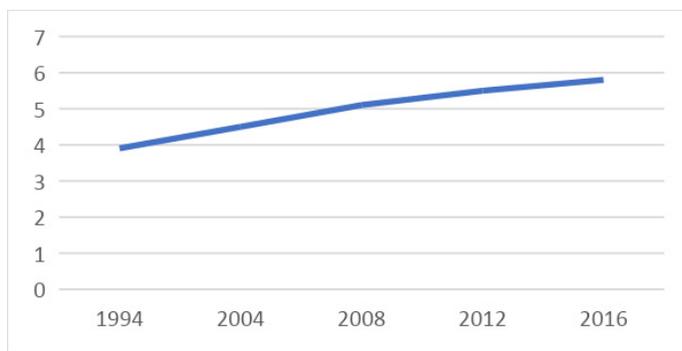
Essas considerações constituem a base teórica das preocupações que levaram a OMS a produzir seu manual para profissionais de mídia. A organização internacional descreve os jornalistas como agentes fundamentais na prevenção ao suicídio, uma vez que possuem a capacidade de influenciar atitudes, crenças e comportamentos na sociedade. Por isso, menciona o caso de Werther como parte do conjunto de evidências que sugerem que “algumas formas de noticiário e coberturas televisivas de suicídios associam-se a um excesso de suicídios estatisticamente significativo” (OMS, 2017, p. 21), com maior impacto entre jovens.

Sisask e Värnik (2012) sustentam que os jovens são, junto com os idosos, uma faixa etária mais vulnerável ao “efeito Werther”. Para as autoras, indivíduos de meia idade costumam estar “mais acomodados no quadro institucional da sociedade”, por laços como casamento, filhos e trabalho, entre os elementos de estabilidade. As pesquisadoras também chamam a atenção para o fato de que não é simples estabelecer uma relação de causa/efeito entre a publicação de notícias sobre o suicídio e o aumento de casos. Uma dificuldade está na questão do tempo e do espaço, uma vez que as notícias do meio impresso também são publicadas em meio digital. Isso permite que uma notícia produzida numa localidade específica, em determinada data, possa ser acessada em qualquer lugar do mundo, com potencial de provocar uma imitação de suicídio muitos anos depois. No entanto, não se pode afirmar o inverso, ou seja,

que o silêncio sobre o tema na imprensa contribua para reduzir o número de mortes autoinfligidas.

No Brasil, o número de suicídios vem crescendo de maneira consistente (gráfico 1). Em 2016, 11.433 pessoas tiraram a própria vida, o equivalente a uma taxa de 5,8 pessoas por 100 mil habitantes, contra 5,7 em 2010, 4,5 em 2004 e 3,9 em 1994. Trata-se da segunda causa de morte entre jovens no país, na faixa etária de 15 a 24 anos, e órgãos como a Fiocruz, no Brasil, e a OMS, de atuação internacional, já manifestaram a preocupação de que o quadro se agrave como um dos efeitos da pandemia de Covid-19⁴.

Gráfico 1: Suicídios no Brasil (por 100 mil/hab)



Fonte: Organização Mundial da Saúde⁵

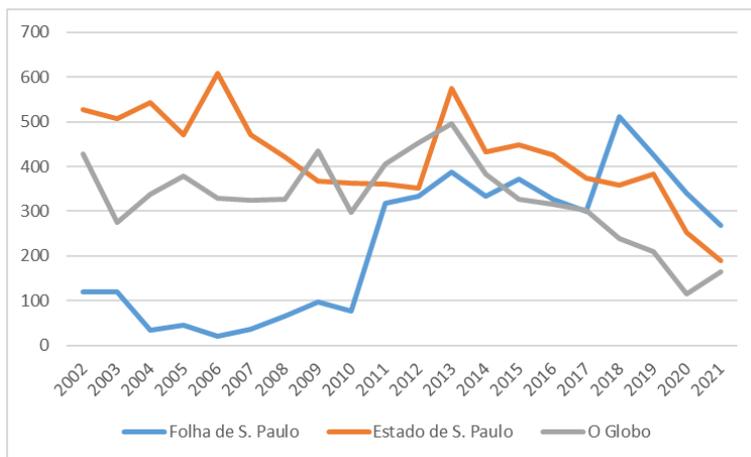
Inversamente à curva de crescimento dos casos no Brasil, observamos uma queda no número de matérias que tratam o tema, em três jornais tradicionais brasileiros, especialmente nos últimos cinco anos. O gráfico a seguir, dos últimos 20 anos, mostra que 429 páginas foram publicadas com a palavra suicídio, no ano 2002, em *O Globo*, e 528 no mesmo ano,

4 Reportagens a seguir assinalam a preocupação: <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/1975-pandemia-aumenta-fatores-de-risco-para-suicidio> e <https://www.paho.org/pt/noticias/9-9-2021-apos-18-meses-pandemia-covid-19-opas-pede-prioridade-para-prevencao-ao-suicidio>.

5 A série de 2007 a 2016 está em documento disponível no site do Ministério da Saúde: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/setembro/20/Coletiva-suicidio.pdf>. Os dados de 1994 e 2004 estão em Dapieve (2007). A última pesquisa é a de 2016.

no *Estado de S. Paulo*, havendo um pico de 495 e 574, respectivamente, em 2013 (gráfico 2).

Gráfico 2: Páginas que citam a palavra suicídio em *Folha de S. Paulo*, *Estado de S. Paulo* e *O Globo*



Fonte: elaboração dos autores, a partir dos sistemas de buscas dos jornais

Na *Folha de S. Paulo*, foi verificado um crescimento nas citações, mas a quantidade anual se manteve inferior aos outros dois jornais durante mais de 10 anos. O veículo paulista ultrapassa *O Globo*, em abordagens, em 2015 e, em 2018, supera o *Estadão*. Ainda assim, foi possível observar que das 512 vezes em que a palavra “suicídio” foi mencionada em 2018, na *Folha*, praticamente metade delas (229) se referia a um episódio de ficção, em cadernos de cultura e arte. Sinopses sobre filmes ou peças de teatro aparecem mais detalhadas no jornal do *Grupo Folha*, com frequentes referências a suicídios de personagens que não estão envolvidos com o foco jornalístico de nosso trabalho.

Desde 2013, o número vem declinando no *Estado de S. Paulo* e em *O Globo*. Entretanto, a partir de 2019, até a curva da *Folha* passou a apontar para baixo. Em 2021, apenas 165 páginas abordavam o assunto em *O Globo*, 190 no *Estado de S. Paulo* e 269 na *Folha de S. Paulo*. Já o número de suicídios, como já mencionado, é crescente. O cruzamento

de dados não pretende sugerir que haja uma relação de causa e efeito entre constrangimento em torno do tema na imprensa tradicional e o aumento do número de casos de suicídio. Inferimos, contudo, que a atual política editorial não tem contribuído tanto quanto seria possível para o combate ao problema.

Estudos no Brasil

Cabe assinalar que o tema vem recebendo pouco interesse em pesquisas acadêmicas no campo da Comunicação e do Jornalismo. Uma busca no banco de teses e dissertações da Capes, que alcança os últimos 30 anos, revela que apenas um trabalho utilizou suicídio como palavra-chave na área de Jornalismo/Editoração, e 25 em Comunicação. A maior parte das pesquisas foram desenvolvidas em Psicologia (236), Saúde Coletiva (124), Medicina (110) e Enfermagem (105)⁶.

Dos 25 trabalhos em Comunicação, 16 discutem o tema de modo mais direto. Entre eles, sete, defendidos entre 2004 e 2022, abordam questões relacionadas a aspectos editoriais do suicídio, sendo apenas um de doutorado. Os demais trazem questões como a abordagem do suicídio nas redes sociais, em séries televisivas e no cinema, por exemplo.

A maior parte dos trabalhos é de 2019 em diante. O mais recente é de Arthur F. S. Pires (2022), com o título *Quadros de suicídio: um estudo comparado das narrativas sobre autoextermínio no jornalismo diário*. A dissertação investiga de modo comparativo como o suicídio é narrado em quatro jornais de língua inglesa – Daily Mail (Inglaterra), People’s Daily (China), Times of India (Índia) e USA Today (EUA) – e conclui que cada país tem um diferente tipo de abordagem sobre o tema.

6 Entre as cinco áreas mais pesquisadas, a de Psicologia apareceu duas vezes, uma com 138 resultados e outra com 98, somando 236. Nas buscas gerais, também há outros registros das áreas de Psicologia do Ensino e da Aprendizagem (7), Psicologia Social (15), Psicologia Social (3) e Psicologia cognitiva (2). Do mesmo modo, a Comunicação aparece duas vezes. O número 25 registrado representa a soma desses dois resultados, respectivamente com 14 e 11 menções. O total de trabalhos encontrados com a palavra-chave suicídio foi 1809. Busca realizada em 31/03/2022.

Na dissertação *O delicado lugar do suicídio no noticiário impresso paraibano*, Joana B. de Sousa (2019) procura identificar os fatores objetivos e subjetivos que explicam porque o suicídio é um tema pouco presente na imprensa brasileira e analisa a cobertura sobre o assunto no *Correio da Paraíba*. Gabriela M. Ferigato (2019) produziu *Morte sem fama: critérios de noticiabilidade do suicídio de anônimos em portais brasileiros*, dissertação na qual utiliza a metodologia da análise de conteúdo para mapear em que circunstâncias o suicídio de um cidadão anônimo se torna notícia. A partir de pesquisa nos portais UOL e G1, aponta como evidente o fator violência nessas notícias.

No mesmo ano, Patrik A. F. Batista (2019) produziu a dissertação *Agendamento midiático e o tratamento de temas estigmatizados: o fenômeno suicídio nos enunciados jornalísticos de sites de notícia em Campo Grande*, com análise de coberturas sobre o tema nos portais de notícias Campo Grande News e Midiamax, ao longo de cinco anos, durante a campanha Setembro Amarelo, e no ano de 2017, no contexto do lançamento do jogo virtual Baleia Azul.

Na dissertação *Por quê? Uma análise dos discursos sobre suicídio no jornalismo diário*, Mauren de S. X. dos Santos (2019) constata que, ao promover o debate sobre o assunto, o jornalismo contribui com a prevenção do problema. Ela fez um estudo sobre a cobertura do suicídio na *Folha de S. Paulo*.

O já mencionado trabalho de mestrado de Arthur Dapieve (2006) relaciona as formulações teóricas de Durkheim sobre o suicídio com o tipo de tratamento dado pela imprensa contemporânea às pessoas que tiram a própria vida e analisa reportagens sobre suicídio publicadas pelo jornal *O Globo*. A única tese foi feita por Maurício M. de Souza (2004), com o título *O juízo da morte: a violência letal dolosa na cidade de São Paulo nas páginas de Notícias Populares e nos arquivos do Tribunal do Júri (1960-1975)*. Como o trabalho não está disponível no banco de dados da Capes, por ser anterior à criação da plataforma Sucupira, não pudemos analisar seu enfoque.

Interdição e tratamento do suicídio na prática jornalística

Se não é o simples fato de noticiar o suicídio que produz uma variação nos índices de morte voluntária, o que explica o declínio de notícias sobre o assunto em dois dos três jornais pesquisados? A interdição sobre o tema nos jornais brasileiros é tanto explicitada em manuais de redação e estilo quanto moldada por uma norma tácita que vigora nas redações (BREED, 1993 [1955], SOLOSKY, 1999 [1955]).

Em seu *Manual de Redação e Estilo*, item *Questões Éticas*, *O Globo* registra que “o jornal evita noticiar suicídios de desconhecidos, exceto quando o fato tem aspectos fora do comum” (GARCIA, 1995, p. 118). No item *Segurança*, consta que, nos casos de sequestro e morte voluntária, sejam omitidas informações que criem ou aumentem riscos à segurança. Entrevistado por Dapieve, o jornalista Luiz Garcia, que morreu em 2018 e é organizador e editor do manual, disse: “Eu sempre entendi, e foi a política geral do jornal, a ideia de que há muita gente que é suicida por imitação. Noticia-se o menor número de suicídios e só se noticia aquele que tem uma importância, uma referência histórica qualquer” (DAPIEVE, 2007, p. 107). Para ele, na dúvida, o melhor é não noticiar, pois “é difícil conceber notícia tão importante que justifique a probabilidade de perda de uma vida” (DAPIEVE, 2007, p. 107).

A *Folha de S. Paulo* vem adotando tratamento distinto. Numa das primeiras edições de seu manual de redação, o jornal já registrava, no verbete suicídio, que “ao noticiar uma morte por suicídio, a *Folha* não omite a informação de que a pessoa se matou” (FOLHA DE S. PAULO, 1987, p. 97). Na última edição, de 2021, a orientação está mantida, desta vez no contexto do verbete “morte”:

MORTE – Prefira as palavras morrer, morte e morto a falecer, falecimento e falecido. (...) *Não omita a causa da morte do personagem que seja objeto da notícia. Em caso de suicídio, contudo, não descreva o método utilizado.* Exceções, em ambos os casos, devem ser discutidas com a Secretaria de Redação. A seção Mortes, a depender da avaliação do editor,

pode respeitar eventual pedido da família para não revelar a causa da morte. (FOLHA DE S. PAULO, 2021, p. 235, grifo nosso)

Dapieve (2007, p. 76) registrou que a posição é coerente com o ponto de vista do então diretor de redação do jornal, Otávio Frias Filho, que também morreu em 2018. O jornalista trabalhou por cerca de um ano como voluntário do Centro de Valorização da Vida (CVV). A partir dessa experiência, o jornalista (FRIAS, 2003, p. 284) contou ter adquirido a convicção de que “saber mais sobre o fantasma do suicídio pode ser um caminho para dominá-lo (...)”, inclusive através da imprensa.

Já o manual de *O Estado de S. Paulo* (1997) não faz menção ao tema do suicídio. Não há item específico sobre o assunto, que tampouco é lembrado no verbete “morte”. A ausência do tema no guia de referência para jornalistas não significa, no entanto, sua naturalização no noticiário, como mostra mais adiante o depoimento de uma profissional da empresa.

As práticas de hoje nessas três redações, quanto ao tratamento editorial do suicídio, foram levantadas em sondagem com quatro jornalistas, um de *O Globo*, um de *O Estado de S. Paulo*, uma da *Folha de S. Paulo*, e uma profissional que trabalhou em *O Globo* até recentemente. Chegamos a eles por meio de nossas redes de contatos como jornalistas, levando em conta os seguintes critérios: atuação atual ou muito recente em processos de redação e edição num dos três jornais pesquisados, contato com o tema do suicídio no cotidiano profissional desses veículos e experiência jornalística significativa⁷.

Todos receberam as mesmas perguntas por WhatsApp e as responderam pelo mesmo canal, após tomar conhecimento que o conteúdo se destinava a uma pesquisa acadêmica sobre o tratamento editorial do suicídio. Foi perguntado: Você considera que o tema do suicídio é um tabu, na redação onde trabalha? Você já recebeu alguma orientação para evitar o tema? Que comentário você faria sobre o modo como a imprensa aborda o assunto? Deixamos os entrevistados à vontade para

7 Dois depoimentos foram colhidos pelo jornalista e pesquisador Luciano Dias como contribuição a esta pesquisa, em abril de 2021, e dois por uma das autoras, em março e junho de 2022.

responder por áudio, texto ou ligação, e tivemos uma resposta gravada e três em texto. Apenas um preferiu não ser identificado no artigo, pois não havia obtido autorização formal para o contato.

Dois jornalistas ouvidos registraram a percepção de que a tensão ao lidar com o tema já foi maior. “Eu diria que é mais um tema delicado do que um tabu”, sintetizou a ex-editora assistente Cristina Azevedo, que trabalhou em *O Globo* por quase 30 anos, até 2020, nas editorias Bairros e Internacional. Em linhas gerais, a entrevista confirmou a orientação que vigorava em 2006, quando Dapieve concluiu sua pesquisa de mestrado sobre o tema. A jornalista afirmou que a abordagem é avaliada caso a caso, por temor que a notícia possa servir de estímulo a outros. “Minha impressão é que, se for uma matéria que dá para evitar publicar, evitam”, explicou. No entanto, se o suicídio foi cometido por uma pessoa importante, é difícil ignorar o motivo do falecimento, que neste caso é citado de forma discreta. Por outro lado, “se a pauta é sobre casos de suicídio entre jovens, por exemplo, ela será publicada, mas costumam tratar do tema com muito cuidado”.

As transformações no campo produzidas pelo advento da internet, no entanto, trouxeram algumas mudanças na postura dos jornalistas em relação à decisão de noticiar ou não um caso de suicídio. O jornalista Luiz Cláudio de Castro, editor de capa de *O Globo*, acredita que o cenário esteja se transformando por influência das redes sociais. Ele registrou que, anos atrás, se os principais jornais definissem entre si que o melhor era não dizer, numa notícia, que alguém tinha se suicidado, os leitores estranhavam e às vezes chegavam a entrar em contato com o jornal em busca de informações, mas em alguns dias o assunto ficava para trás. Contudo, com a emergência das redes como plataforma de acesso a notícias, passou a ser praticamente impossível evitar que a causa de uma morte que desperta interesse público venha à tona. “Se *O Globo* não noticia, alguém vai fazer isso. Além disso, hoje a preocupação com a audiência pesa muito”, assinalou o editor. Para ele, algumas empresas com menos tradição no jornalismo acabam produzindo matérias pouco cuidadosas, em busca de ‘cliques’.

Cláudia Colucci, repórter especial de Saúde da *Folha*, mencionou a cobertura da morte do ator Flávio Migliaccio, por suicídio, em 2020, como exemplo de como alguns veículos ainda descumprem cuidados necessários à abordagem da morte autoprovocada. Na ocasião, diversos veículos publicaram a carta deixada pelo ator, informações sobre o modo como se matou e até fotos do local onde morreu. A jornalista considera o suicídio um tabu na imprensa, não pelo tema em si, mas pela forma de abordá-lo. Para ela, os jornalistas ainda têm muitas dúvidas a esse respeito:

Faz 22 anos que a OMS divulgou um manual de como a imprensa deve cobrir o tema suicídio, mas até hoje é um terreno em que o jornalista não se sente confortável. Já fui várias vezes procurada por colegas pedindo orientação sobre cobertura de suicídios de pessoas famosas. O último que eu me lembro foi o do ator Flávio Migliaccio. Sua carta de despedida foi reproduzida em várias mídias a despeito de a orientação da OMS não recomendar essa prática. Eu tento me guiar por essas orientações e repassá-las aos colegas. Mas vez ou outra alguém ainda derrapa nessas orientações, publicando trechos de uma carta ou revelando algum detalhe da morte.

Cláudia nunca recebeu orientações específicas sobre como tratar o tema. Nos disse que é compreendido no jornal que, se a pessoa que tirou a própria vida não é famosa, não há interesse na publicação, a menos que o caso esteja dentro de um contexto maior. “Por exemplo, durante a pandemia, houve mais tentativas de suicídios entre os mais jovens. Aí a gente pode relatar casos individuais, sem identificar a pessoa, para ilustrar esse todo”, explicou. Mas se por um lado ela vê descuido, por parte de alguns veículos, também enxerga avanços. Por exemplo, “mais falas sobre os fatores de risco que levam ao suicídio e divulgação dos canais de ajuda, como o serviço prestado pelo CVV. Acho que ainda falta cobrar com mais ênfase políticas públicas de prevenção”, reflete.

Em *O Estado de S. Paulo* é do conhecimento dos repórteres a orientação de não noticiar casos de suicídio. “Em geral, simplesmente não noticiamos ou, se for uma morte de alguém famoso, que não pode

deixar de ser dada, a recomendação é não mencionar o suicídio”. Em vez disso, utilizam-se recursos como dizer que ‘a causa da morte não foi divulgada’ ou ‘a morte foi causada pelo excesso da substância X ou Y’. “Enfim, como tudo em jornalismo, sempre há exceções, mas, em geral, essa é a regra”, disse-nos a repórter entrevistada, que pediu para não ter seu nome mencionado.

A jornalista acrescentou um dado importante. Se os casos concretos de suicídios são cercados de restrições, o mesmo não acontece quando o assunto é abordado do ponto de vista da saúde. Ela mesma já fez diversas matérias sobre depressão e suicídio para a editoria de Ciência/Saúde, sem nenhum tipo de interdição.

Como explicaria Warren Breed (1993 [1955]), as normas organizacionais vão sendo incorporadas “por osmose” pelas equipes, na vivência na redação. Entre os entrevistados, nenhum citou a orientação do manual, mas todos conheciam a norma vigente sobre o tratamento do suicídio. Em caso de dúvida, a orientação é consultar as chefias imediatas que, por sua vez, podem sentir a necessidade de consultar superiores.

Soloski (1999 [1955]) lembra que as rotinas profissionais nas redações funcionam como método de controle de procedimentos. No caso em questão, a necessidade de consulta regular às chefias é incorporada como procedimento de rotina, sujeito a um sistema de recompensas profissionais. Quer dizer, mesmo quando a política editorial sobre um tema deixa dúvidas, as rotinas e o compromisso com o profissionalismo atuam pela perpetuação das normas. Aqui defendemos a interlocução com o meio acadêmico como modo de fomentar debates que possam aperfeiçoar determinadas normas e procedimentos.

Para nos aproximar de um caminho para tratar o tema de modo a gerar um efeito protetor contra o suicídio, buscamos a pesquisa do médico austríaco Thomas Niederkrotenthaler, que defende a possibilidade de as reportagens atuarem na prevenção, a partir de relatos de indivíduos que tiveram a ideação suicida, mas decidiram não tirar a própria vida. De acordo com ele, a facilidade de acesso às informações, proporcionadas pelos dispositivos tecnológicos atuais, potencializa as chances de

disseminação de conteúdos que podem ajudar na redução das taxas. Leitores em interação, por exemplo, podem servir como agentes ativos na construção de uma determinada realidade e ajudar no combate ao suicídio.

Niederkröthaler *et al.* (2010) consideram que, se a mídia é capaz de estimular suicídios, o discurso jornalístico também pode fazer com que indivíduos, por imitação, desistam de tirar a própria vida ao tomarem conhecimento de histórias que enfatizem os benefícios de continuar vivendo. Com base na metodologia de análise de conteúdo e coleta de diversas reportagens nos maiores jornais austríacos, o médico criou o conceito de “Efeito Papageno” para justificar sua teoria de que a ideação suicida, não acompanhada por uma tentativa efetiva de suicídio, pode ter um impacto protetor caso seja divulgada.

A denominação do “Efeito Papageno” tem origem em uma ópera de Mozart, produzida no século XVIII, denominada *Flauta Mágica*. Na ópera, Papageno fica desesperado por perder sua amada Papagena e decide se suicidar. Entretanto, três gênios intervêm e o convencem a ir atrás do seu amor. O resultado é que Papageno, ao contrário de Werther, desiste do suicídio e consegue encontrar Papagena. Ambos se declaram e passam a viver juntos e apaixonados. Por meio desta analogia, os autores consideram que a intervenção da mídia, dando visibilidade a relatos de pessoas que desistiram de tirar a própria vida, pode atuar diretamente no combate ao suicídio (NIEDERKROTENTHALER *et al.* 2010).

A chave da prevenção estaria em gerar identificação entre um leitor que eventualmente tenha ideias suicidas e alguém que tenha passado pela mesma situação e saiu dela. Reportagens que tratam de problemas sociais relacionados ao suicídio, ou do crescimento nos índices, ainda que com pareceres de especialistas, quando inseridas em um contexto sensacionalista, podem contribuir para um aumento de casos. Em vez disso, se o discurso midiático se focar em relatar a ideação suicida individual, mas trazer depoimentos de pessoas que tenham desistido da ideia, será criado um vínculo de identificação com leitores que estão vivenciando uma situação parecida.

Recomendações e considerações finais

Neste artigo, procuramos refletir sobre o modo como a imprensa tradicional tem se posicionado em relação ao suicídio, do ponto de vista editorial. Argumentamos que, embora bem-intencionada, a prática de evitar assunto, por receio do chamado “efeito imitação”, não seja necessariamente a melhor contribuição para reverter o número de mortes auto infligidas no país. O cuidado para não naturalizar ou dar abordagem sensacionalista a histórias de suicídio consumado deve ser mantido, no nosso entendimento, assim como outras recomendações do manual prevenção ao suicídio da OMS e suas atualizações.

Em síntese, essas recomendações, que reiteramos em seu conjunto, são: que a cobertura sensacionalista seja evitada, especialmente quando envolve o suicídio de celebridades ou pessoas que despertam admiração e identificação; que não se publiquem matérias que apresentem o suicídio como uma epidemia ou problema incontrolável; que não se retrate suicidas como heróis; que não se publiquem fotos do(a) suicida, da cena, cartas ou detalhes do método; que não seja dada visibilidade a teses que explicam o comportamento suicida como uma resposta à degradação da sociedade; que o suicídio jamais seja mostrado como um modo de lidar com problemas.

É indicado ainda que as reportagens não percam de vista o impacto do suicídio nos familiares da vítima e nos sobreviventes, em termos de estigma e sofrimento familiar, e que divulguem o contato com serviços de apoio. É recomendada a publicação de matérias sobre como identificar comportamentos de risco e lidar com fatores de estresse e pensamentos negativos. A esse conjunto, adicionamos novos itens, inspirados na ideia de gerar o chamado “efeito Papageno”, de dissuasão de ideias suicidas. Deste modo, esperamos contribuir para trazer alternativas de conteúdo jornalístico responsável na abordagem cotidiana sobre o tema:

- Não pautar o assunto pela ocorrência de suicídios, mas pela perspectiva de recuperação, em relação aos momentos em que a pessoa pensou em tirar a própria vida, e do serviço de apoio;

- Dar visibilidade a histórias de pessoas que desistiram da ideia de tirar a própria vida e estão bem; desenvolver nessas histórias elementos de identificação entre essas pessoas e o leitor que eventualmente tenha ideias suicidas
- Evitar a cobertura extensiva de um mesmo suicídio – prática que foi associada por Niederkröthaler *et al.* (2010) ao aumento de ocorrências desse tipo de morte;
- Entrevistar profissionais que possam ajudar na compreensão multidisciplinar do problema, fornecendo conteúdos potencialmente úteis no combate ao suicídio.
- Não limitar a cobertura às editorias de Geral/Cidades, abordar o tema a partir de Saúde/Ciência e mesmo Variedades, Comportamento e Cultura, sempre com o intuito de dar visibilidade ao cuidado e às possibilidades de recuperação.

Como notou Dapieve (2007), a linha tênue entre interesse público e direito à privacidade é frequentemente tensionada nos debates envolvendo a noticiabilidade do suicídio. O fenômeno é ao mesmo tempo íntimo e social. Sendo que, na sua faceta social, configura grave problema de saúde pública. Exige do jornalismo constante reflexão ética, que por sua vez requer pensamento crítico.

Notar que existe uma relação inversamente proporcional entre o número de suicídios do Brasil e a quantidade de menções ao tema nos jornais, pelo menos nas duas últimas décadas, sugere que a imprensa repense seus procedimentos editoriais, de modo a assumir um papel mais ativo no enfrentamento desse problema. A questão central nesse caso não é noticiar ou não, mas como noticiar – como, aliás, Émile Durkheim já notou em 1897. Nossa proposta é que o assunto seja exposto, com a mídia assumindo mais plenamente sua função pedagógica (VIZEU, 2009) no que diz respeito a auxiliar as pessoas a lidarem com sentimentos ou problemas que podem levar ao suicídio.

Por fim, lembramos que a cobertura cotidiana da mídia deve ter em vista a suscetibilidade de determinados grupos etários, especialmente os

jovens, ao noticiário sobre mortes e doenças – sentimento que constatamos ter sido acentuado durante a pandemia de Covid-19 (FELIX *et al.*, 2021; CONJUVE, 2020). Assim sendo, recomendamos um esforço para, dentro do possível, contrabalançar no conjunto do noticiário as matérias extremamente pesadas sobre morte e sofrimentos com outras que mostrem histórias de recuperação, solidariedade e esperança, de forma a evitar que a experiência de consumo de notícias acentue ainda mais o imaginário traumático do momento que vivemos.

Referências

- ABREU, J. B. Morrer, verbo intransitivo – discursos e referenciais sociais no noticiário sobre mortes na imprensa brasileira. In: XV Congresso da Associação Lationamericana de Investigadores da Comunicação, on-line. *Anais... Alaic*, 2020.
- ARAÚJO, I. S.; CARDOSO, J. M. *Comunicação e Saúde*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014.
- BATISTA, P. A. F. *Agendamento midiático e o tratamento de temas estigmatizados: o fenômeno suicídio nos enunciados jornalísticos de sites de notícia em Campo Grande*. 2019. 327 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Cuiabá. 2019.
- BREED, W. O controle social na redação. In: TRAQUINA, Nélson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993. p. 152-166.
- CAPRINO, M. P. Manual de Redação: camisa-de-força ou regra necessária? *Comunicação & Inovação*, v. 2, n.4, 2002.
- CARVALHO, C. M. de. *O delicado lugar do suicídio no noticiário impresso paraibano*. Dissertação (Mestrado em profissional em Jornalismo). 2019. 124 f. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2019.
- CONJUVE (Conselho Nacional de Juventude). *Juventudes e Pandemia do Coronavírus. Relatório de pesquisa, 2020*. Disponível em: <https://jovensconectados.org.br/conjuve-pesquisa-questiona-jovens-sobre-impactos-da-pandemia-em-suas-vidas.html>. Acesso em: 16 abr. 2021.
- DAPIEVE, A. *Morreu na contramão*. O suicídio como notícia. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- DAPIEVE, A. H. M. *Suicídio por contágio. A maneira pela qual a imprensa trata a morte voluntária*. 2006. 172 f. Dissertação (mestrado em Comunicação Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2006.
- DURKHEIM, E. *O suicídio: estudo de sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FELIX, C. B. *et al.*. Juventude e trauma geracional: como os jovens brasileiros respondem à pandemia e à infodemia da Covid-19. *Liinc em Revista*, v. 17, n. 1, 2021.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

- FERIGATO, G. M. *Morte sem fama: critérios de noticiabilidade do suicídio de anônimos em portais brasileiros*. 2019. 193 f. Dissertação (Mestrado profissional em Jornalismo). Centro Universitário FIAM-FAAM, São Paulo. 2019.
- FOLHA DE S. PAULO. *Manual da Redação da Folha de S. Paulo*. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2001.
- GARCIA, L. (Org.). O Globo. *Manual de redação e estilo*. 26. ed. São Paulo: Globo, 1995.
- MINOIS, G. *História do Suicídio*. A sociedade ocidental diante da morte voluntária. São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- NIEDERKROTENTHALER, T. *et al.* Role of Media Reports in Completed and Prevented Suicide: Werther v. Papageno Effects. *The British journal of psychiatry: the journal of mental science*, n. 197, v. 3, p. 234-243, 2010.
- O ESTADO DE S. PAULO. *Manual de redação e estilo*. 3ª. ed. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1997.
- OMS. *Prevenção do Suicídio: Manual para profissionais da mídia*. Genebra, 2000. Disponível em: <http://www.who.int/mental_health/prevention/suicide/en/suicide-prev_media_port.pdf> Acesso em: 26 fev. 2021.
- WHO. *Preventing suicide: a resource for media professionals*, 2008 update. Disponível em: https://www.who.int/mental_health/prevention/suicide/resource_media.pdf. Acesso em: 8 abr. 2021.
- WHO. *Preventing suicide: a resource for media professionals*, 2017 update. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/258814>. Acesso em: 8 abr. 2021
- PIRES, A. F. S. *Quadros de suicídio: um estudo comparado das narrativas sobre autoextermínio no jornalismo diário*. 2022. 166 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2022
- SANTOS, M. S. X. *Por quê? Uma análise dos discursos sobre suicídio no jornalismo diário*. 2019. 144 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2019.
- SISASK, M.; VÄRNIK, A. Media Roles in Suicide Prevention: A Systematic Review. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 9, p. 123-138, 2012.
- SOLOSKI, J. O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. In: TRAQUINA, N. (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993. p. 91-100.
- SOUZA, M. M. *O juízo da morte: a violência letal dolosa na cidade de São Paulo nas páginas de Notícias Populares e nos arquivos do Tribunal do Júri (1960-1975)*. 2004. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2004.
- VIZEU, A. O telejornalismo como lugar de referência e a função pedagógica. *Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia*, n. 40, dez. 2009, p. 77-83.

Sobre os autores

Larissa de Moraes Ribeiro Mendes – Professora Associada do Departamento de Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF) e do Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC/UFF). Coordena o grupo de pesquisa Mídias, Redes e Jovens e integra o projeto Juventude e suicídio: percursos midiáticos e suas interfaces com a Educação, apoiado pela Faperj. No presente artigo, a autora realizou a concepção e delineamento do trabalho, pesquisa, discussão de resultados, elaboração do manuscrito.

Antonio Carlos Ferreira Vianna – Doutorando em Mídia e Cotidiano pela Universidade Federal Fluminense (UFF), assessor de comunicação no Ministério da Saúde e integrante do grupo de pesquisa Juventude e suicídio: percursos midiáticos e suas interfaces com a Educação, apoiado pela Faperj. É jornalista graduado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e mestre em Mídia e Cotidiano pela UFF. No presente artigo, o autor realizou a concepção e delineamento do trabalho, pesquisa, discussão de resultados, elaboração do manuscrito.

Carla Baiense Felix – Professora Associada do Departamento de Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF) e do Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC/UFF). Coordena o Grupo de Pesquisa Mídias, redes e Jovens (MRJ) e integra o projeto Juventude e suicídio: percursos midiáticos e suas interfaces com a Educação, apoiado pela Faperj. É jornalista (UFF), mestra e doutora em Comunicação e Cultura pela ECO/UFRJ, com pós-doc em Educação pela UFSCAR. No presente artigo, a autora realizou concepção e delineamento do trabalho, discussão de resultados, consultoria técnica, revisão do texto final.

Data de submissão: 30/09/2021

Data de aceite: 26/06/2022